
Nunca senti necessidade de ter um vínculo ou militância partidário. Prefiro contribuir no campo dos movimentos sociais para a afirmação da cidadania e a transformação da consciência cívica

Entrevista com Miguel de Barros, sociólogo e ativista, Guiné-Bissau

“I’ve never felt the need to be partisan or militant. I prefer to contribute in the field of social movements to the affirmation of citizenship and the transformation of civic consciousness”.

Interview with Miguel de Barros, sociologist and activist, Guinea-Bissau

NHAUELEQUE, Laura António¹

RESUMO

Desenvolvimento, participação local, sustentabilidade, papel das mulheres no meio urbano e sobretudo rural, em África e no Brasil. Mediante esta entrevista, Miguel de Barros analisa as condições da participação democrática de comunidades periféricas do Sul Global, tendo como elemento central o ativismo e a justiça social, que ele sempre praticou quer como Diretor Executivo da ONG ambientalista, Tiniguena, da Guiné-Bissau, quer como sociólogo e observador da realidade africana e brasileira. A entrevista destaca, de forma especial, o papel das comunidades locais na gestão e uso sustentável das terras, fora dos mecanismos utilitaristas do modelo neoliberal, e propondo ações e modelos modernos e alternativos, sustentáveis quer do ponto de vista ecológico, quer no que toca à capacidade de autoprodução dos bens essenciais.

Palavras-chave: participação local; cidadania, sustentabilidade; direitos das mulheres.

ABSTRACT

Development, local participation, sustainability, the role of women in both urban and, above all, rural environments in Africa and Brazil. Through this interview, Miguel de Barros analyzes the conditions of democratic participation in peripheral communities of the Global South, with a central focus on activism and social justice, which he has always practiced both as the Executive Director

¹ Instituto Superior Dom Bosco. <https://orcid.org/0000-0002-2123-0636>. Investigadora Cemri/Universidade Aberta de Lisboa e Professora no Instituto Superior Dom Bosco, Maputo, Moçambique. lauramacua@gmail.com

of the environmental NGO Tiniguena in Guinea-Bissau and as a sociologist and observer of African and Brazilian realities. The interview particularly highlights the role of local communities in the management and sustainable use of land, outside the utilitarian mechanisms of the neoliberal model, proposing modern and alternative actions and models that are sustainable from both an ecological perspective and in terms of the ability to self-produce essential goods.

Keywords: local participation; citizenship, sustainability; women's rights.

1. Introdução

Miguel de Barros é um sociólogo guineense, de larga experiência em estudos sobre movimentos sociais, quer no meio urbano, quer no ambiente rural, com enfoque na África Ocidental, mas com aberturas também para o Brasil, onde participou em atividades importantes com comunidades quilombolas do Nordeste do país. Miguel de Barros escreveu textos importantes sobre o rap na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, sobretudo com o colega Redy Wilson Lima e com abordagem metodológica muito além da tradicional dicotomia objeto/sujeito da investigação, sobre conflitos de terra, sobre os direitos humanos e a sua cobertura por parte da imprensa guineense, mais uma vez com Redy Wilson Lima, juntamente com o sociólogo angolano Gilson Lázaro e o ítalo-moçambicano Luca Bussotti. Colabora regularmente com o CODESRIA, o centro de pesquisa em ciências sociais mais importante do continente africano, com sede em Dakar, e em 2018 recebeu o prémio de jovem mais influente da África Ocidental.

Miguel, muito obrigada por ter aceite este nosso convite. O Miguel está comprometido com a vida pública do seu país, sendo ativista em direitos humanos e ambientais, e desempenhando as funções de Diretor executivo da ONG ambientalista Tiniguena, com que tem promovido campanhas de sensibilização e promoção da participação cidadã, processos locais de desenvolvimento em toda a Guiné-Bissau, incluindo a parte insular das Ilhas Bijagós, uma das áreas mundiais com maior biodiversidade.

Partindo justamente deste tipo de trabalho, é visível o papel das mulheres e sua valorização, trazendo uma grande mais-valia, principalmente nas comunidades rurais, na atividade agrícola e na educação alimentar e nutricional.

XXX

Pergunta: O lema da Tiniguena é “Essa terra é nossa”. Olhando pelas atividades da Tiniguena, o “nossa” refere-se às comunidades locais, a partir das mulheres. Entretanto, conflitos com grandes latifundiários são frequentes, e geralmente os Estados africanos não hesitam em retirar a terra das

comunidades locais, entregando-as a “investidores”, geralmente estrangeiros. Quais estratégias a sociedade civil, e particularmente a Tiniguena, tem adotado na Guiné-Bissau para fazer face a esse fenômeno?

Miguel de Barros: A Tiniguena surge em 1991, num contexto de dismantelamento dos Estados pós-coloniais e sobretudo das suas políticas públicas voltadas para a luta pela emancipação socioeconómica e sociopolítica, mas sobretudo marcadas pela forte presença das instituições ao nível local e pelo grande investimento nos sectores sociais em África, especialmente na Guiné-Bissau. O país passou por uma colonização retrógrada, violenta e que não edificou um sistema de ensino universal, limitando a mobilidade e a relação entre povos, com clivagens socioculturais fortes. O incremento do Programa de Ajustamento Estrutural idealizado e implementado pelo FMI e Banco Mundial no Sul Global, encontrou um terreno fértil com a queda da Ex-União Soviética e o muro de Berlim e consequentemente com o “apoio” aos países africanos, avançando com uma política neoliberal para o controle de mercados e mecanismos de transação económica ditados pela Organização Mundial do Comércio. Nesta perspectiva, orientou-se o acesso aos serviços da dívida condicionada a regimes de monocultura, como foi a castanha de caju para a Guiné-Bissau e/ou exportação de matérias primas como *commodities*, para a maior parte dos países africanos.

A liberalização dos mercados internos, sobretudo o investimento estrangeiro, gerou uma forte corrida às terras comunitárias que foram privatizadas numa lógica de açambarcamento selvagem, expropriando povos dos seus espaços tradicionais ancestrais, com agricultores familiares que ficaram sem possibilidades de produção e garantia de acesso aos diversos serviços produtivos e formas autónomas de geração de renda. Criou-se assim um nível de dependência e precarização da mão-de-obra agrícola muito elevado, gerando ondas de êxodo rural. É nesse quadro que a Tiniguena procurou afirmar-se como um movimento de retorno às bases. Seu objetivo não era apenas resgatar o sentido da luta pela emancipação a partir dos territórios tradicionais, cuja biodiversidade fornecesse serviços socioculturais conservados graças aos saberes dos povos e que desenvolvem sistemas de solidariedade não afetados por lógicas do mercado, mas também permitir a construção participada de uma nova cidadania e novas formas de organizações sociais capazes de defender os seus interesses inter-geracionais face às ameaças existentes.

Foi assim que, durante mais de trinta anos, a Tiniguena contribuiu para a legalização das terras comunitárias geridas por agricultores familiares e camponeses, criou circuitos e linhas de produção e promoção dos produtos da biodiversidade “*kil ki di nos te balur!*”, ajudou a criar a

primeira área marinha protegida de gestão comunitária da Guiné-Bissau (Urok), defendeu comunidades rurais deslocadas devido à exploração de recursos naturais, através da influência à criação de uma legislação que as protegesse, mobilizou a sociedade para o despertar da consciência ambiental, mapeou os 12 sítios de património natural e cultural do país, formou três gerações de jovens no domínio ambiental, participou na introdução da educação ambiental nos currícula, na criação das leis de base do ambiente, incluindo a avaliação do impacto ambiental. A Tiniguena ainda está fortemente envolvida no processo de reconhecimento oficial das áreas e territórios de património comunitário autóctone, na criação de reservas de pesca, na monitorização de políticas públicas no domínio ambiental, bem como na inscrição do arquipélago dos Bijagós ao sítio do património mundial da UNESCO. A Tiniguena é membro fundador da coligação para a defesa do património genético africano e integra a parceria regional costeira marinha da África ocidental.

Pergunta: Todo este trabalho subentende a constante procura de justiça social e de género. A este propósito, quais são os fatores que, no contexto guineense, mas africano no geral, tornam as mulheres, sobretudo rurais, mais vulneráveis diante dos conflitos de terra? Conflitos que têm a ver quer com os grandes investidores, quer com possíveis questões familiares e de desapropriação da terra das mulheres por parte dos homens...

Miguel de Barros: No contexto africano, quem trabalha a terra são as mulheres. Quem detém a propriedade dos saberes agrícolas são as mulheres. Quem detém os protocolos para salvaguarda dos patrimónios genéticos são as mulheres e mais de 65% da mão de obra agrícola em África são as meninas e as mulheres.

As mulheres têm presença efetiva em toda a cadeia produtiva e económica na África. São maioria na produção, na transformação dos produtos, na confecção dos alimentos e também na economia, em particular no comércio na África subsaariana. No entanto, mesmo tendo esses dados, as mulheres estão arredadas da tutela de terras e de títulos formais de propriedade devido a um sistema dominado pela cultura patriarcal e colonial que faz com que não sejam elas donas das terras que produzem e geram, mesmo na condição de herdeiras, chefes de família, esposas ou viúvas, o que é uma aberração. Por outro lado, as mulheres inseridas nas atividades económicas, sofrem fortes cargas fiscais e cobranças ilícitas, com vários empecilhos na circulação dos seus produtos, mas estão desprotegidas dos sistemas de proteção económica e social, bem como enfrentam vários obstáculos no acesso aos sistemas formais de financiamento e crédito.

Quando olhamos para a complexidade desta situação em contextos como os guineenses, encontramos um grupo social que, não só constitui a maioria da população, como também é a sua maior força produtiva e económica. Tal circunstância gera a necessidade de se ter maior atenção não só com a condição feminina, mas igualmente uma especial necessidade de orientar as intervenções com foco nas famílias rurais de modo a favorecer um melhor equilíbrio, entre os géneros, na divisão social do trabalho doméstico e na agricultura, mas também na adoção de políticas favoráveis ao acesso equitativo à educação para as meninas, associadas aos programas de proteção sanitária e criação de oportunidades de socialização nas organizações locais e comunitárias que permitam um maior espaço para a aprendizagem de competências sociais, cívicas e políticas que concorram para um maior protagonismo das mesmas em várias esferas da vida.

É decorrente desse processo que associações comunitárias das mulheres com protagonismo de liderança colegial em várias zonas rurais tenham conseguido enfrentar as várias desigualdades sociais como as questões de direito à herança, combate às práticas nefastas à saúde da mulher como a mutilação genital, mas ainda logrando construir fortalezas para lutarem contra processos de aquisição massiva de terras e/ou como a invasão às florestas para exploração ilegal das madeiras.

Pergunta: E diante deste quadro, como é que o Miguel vê possíveis saídas para tutelar as comunidades locais, e de forma específica as mulheres, no que toca à posse e uso da terra?

Miguel de Barros: Creio que as comunidades e em particular os grupos sociais como camponeses ou mulheres não precisam de tutelas. Elas precisam ter consciência da sua importância na sociedade e da força da sua ação na forma como ela impacta a todos os níveis, seja em termos da segurança familiar, alimentar, económica, seja em termos políticos. Muitas vezes essa dimensão é tratada como elemento exógeno à condição de grupos sociais como as mulheres, atendendo à narrativa em torno da vulnerabilidade da sua condição social e outras vezes remetendo-as apenas à condição de mão-de-obra, chamando-as de “produtoras”.

É exatamente aqui que reside o desafio, contribuir para que as mulheres rurais sejam elas mesmas as protagonistas da transformação social. Isso passa pela capacidade de superação da condição passiva enquanto atrizes, mas também é um processo que implica uma forte mobilização de capacidades para uma engenharia social capaz de as dotar de competências para a edificação de organizações de proteção e promoção dos seus direitos, capazes de projetar a sua agenda no espaço comunitário e nacional. Isso implica a construção de alianças para mudanças de paradigmas no que tange à forma como as políticas públicas são elaboradas, ou seja, sem a presença daquelas a quem

essas políticas são direcionadas, mas também a superação de instituições exógenas e coercivas à promoção do bem-estar social.

A partir do momento que se consiga superar essas fragilidades, estaremos em condições de pensar e agir com maior coerência e correspondência em termos de legitimidade da ação pública e da representatividade, tendo em conta as dimensões culturais e políticas. Assim, seríamos capazes de criar sistemas de governança com identidade e sentido de utilidade pública, salvaguardando os interesses e direitos comunitários como fundamento do bem estar social, e neste caso, edificar um património cívico construído de forma endógena.

Pergunta: A Tiniguena trabalha muito com a educação ambiental, biodiversidade, participação comunitária. Entretanto, apesar do direito internacional do ambiente, existem situações, na África e no Brasil, de gritante lesão dos direitos ao acesso a recursos fundamentais, tais como terra e água. Por exemplo, em Moçambique as consultas comunitárias são geralmente reduzidas a meros atos formais, com o governo que entrega terras férteis para cultivo de *commodities* destinadas para a exportação. Em São Tomé e Príncipe os pescadores artesanais se deparam a cada ano com uma menor disponibilidade de matéria-prima, devido às mudanças climáticas, assim como a pesca industrial, sobretudo de países europeus como França, Espanha e Portugal. Finalmente, no Brasil o caso da cidade de Maceió está ocupando as primeiras páginas de todos os noticiários internacionais. De acordo com a experiência que teve com a Tiniguena, assim como na qualidade de investigador social, como é que seria possível implementar formas mais sustentáveis de desenvolvimento? Ou o modelo neoliberal que temos hoje não deixa nenhum espaço para que as comunidades e os movimentos sociais locais consigam tutelar mais a biodiversidade e, portanto, as suas próprias existências?

Miguel de Barros: Nos últimos dez anos, tenho tido possibilidades de trabalho nos países que referiu no que se refere à assistência técnica a várias entidades, estatais e não estatais, na elaboração e sistematização de algumas políticas e estratégias em vários domínios, depois de uma primeira fase de estudos fundamentais. A percepção com a qual se fica é que há, nesses contextos, várias velocidades centrífugas. Não se trata de duas lógicas que se opõem em termos ideológicos, mas sim cada vez mais de tentativas de sofisticação de um modelo de sociedade conceptualizado como “desenvolvimento” que per si já está esgotado e cada vez mais obsoleto. Esse modelo assenta numa racionalidade na qual os recursos naturais devem ser vistos como *commodities* e transacionados nos mercados do Norte Global, explorados por multinacionais estrangeiras que em contrapartida servem

de moeda de troca para o apoio ao orçamento dos estados proprietários desses patrimónios, mas sem serem capazes de criar quer riqueza como bem-estar e estabilidade política, económica e social nesses países.

Por outro lado, esse modelo gerou danos, teve como resultado o esgotamento das reservas, e também tem sido a causa principal das alterações do clima, sobretudo tomando em conta o estilo de vida e o nível de consumo do Norte Global. Esse processo tem levado àquilo que é chamado de novas formas de colonialismo, no que tange as maneiras de como são constituídas empresas com capital público e que abrem sucursais em contextos do Sul Global para legitimar práticas de privatização de patrimónios, oferecendo ilusões de emprego, corrompendo as elites políticas e económicas locais, usurpando os patrimónios de povos e comunidades. São casos de bens e patrimónios como a água - vide no Madagáscar, com a multinacional sul-coreana Daewoo -, mas também de terras agricultáveis como é exemplo de Moçambique com o programa ProSavana numa tríade que juntava Brasil, Japão e governo moçambicano, mas à custa do Sul Global.

Há casos de países com recursos estratégicos, como por exemplo a Burquina Faso, cuja economia depende fortemente da produção de algodão, de que é o maior produtor no continente africano, que viu a multinacional Monsanto investir na substituição da sua produção biológica para transgénica, deixando em ruína os agricultores e a economia nacional. O mesmo caso aconteceu na Índia, onde o uso de tecnologias para a manipulação genética teve impactos severos na condição de vida das comunidades, sem benefícios à população e nem para a biodiversidade.

Na atualidade, a mesma retórica está em voga, o uso do carbono como *commodities*, abrindo a corrida para um mercado neoliberal que beneficia apenas a manutenção do sistema neocolonial. Ora, o ambiente está presente nas questões mais vitais e elementares da condição humana, além de ser essencial à sobrevivência das espécies, o que requer formas de vida dignas e saudáveis que permitam a todos de se beneficiarem de um ambiente são. Daí que o principal argumento plausível implica a mudança de comportamento das sociedades e das políticas dos Estados e governos do Norte Global.

É nesta base que acredito que a questão da tutela ambiental muita das vezes é uma questão falaciosa quando não é incorporada numa dimensão holística da gestão de territórios e patrimónios naturais, económicos e culturais. Por isso, a concepção do mundo dos povos tradicionais e indígenas, a sua cosmovisão demonstra-nos cada vez mais que deve-se fazer um resgate dos valores e saberes ancestrais para constituírem a base que permita considerar o equilíbrio dos elementos da natureza, não apenas para as presentes gerações, mas também para as futuras.

Para alcançar esse nível de transformação o escopo que o Poder Público tem de produzir deve ser capaz de ter a participação efetiva e a representação dos povos tradicionais, bem como a sua concepção orgânica da estruturação das instituições, com as suas filosofias - os humanos são partes integrantes e não donos da mãe natureza - para se obter a satisfação dos cidadãos juntamente com o bem comum, para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, onde o ambiente e a qualidade de vida transformam-se no direito à vida, criando um direito fundamental para uma existência digna.

Pergunta: Falar de participação democrática local parece assunto cada vez mais complicado em África, sobretudo na África Lusófona. Pelo menos três dos Palop estão descendo nos rankings internacionais da democracia e da liberdade política, nomeadamente Angola, Guiné -Bissau e Moçambique. Que espaço poderá haver o local, incluindo a dimensão institucional, diante de tais regressões democráticas, fortemente centralizadoras?

Miguel de Barros: O sistema colonial que vigorou nesses países foi de cunho segregador e fascista, com divisão da sociedade em classes baseadas na lei do indigenato, na exploração e violência. A conquista das suas independências foi na base da guerra. Essas heranças marcaram fortemente as percepções do poder e a forma como se geriram esses territórios tendo Angola e Moçambique conhecido guerras civis com participação de potências internacionais (EUA, Ex-União Soviética, Cuba e África do Sul) que procuravam ter acesso e controlo geoestratégico quer dos recursos como das suas localizações, no contexto da Guerra Fria; enquanto que a Guiné-Bissau conheceu um conflito político-militar, resultante do falhanço das políticas do estado pós-independência, sufocada pelo impacto do ajustamento estrutural; todas essas sociedades tinham um denominador comum: governos em regime de partido único por décadas, com um sistema de polícia política, de centralismo de estado e que depois das eleições multipartidárias vivenciaram guerras civis.

O ingresso no sistema democrático não se fez num amplo diálogo social nacional e nem baseado num compromisso de transformação das estruturas do estado em instituições que incorpora quer os sistemas políticos tradicionais locais, formas de produção económica endógenas e mobilização dos recursos para o financiamento da governação e do sistema político, quer os consensos na forma da gestão dos patrimónios coletivos. Faltou o compromisso no que tange ao acesso e distribuição das riquezas.

Perante as crises económicas e o condicionalismo da Ajuda Pública ao Desenvolvimento mediante realização de eleições, a democracia que vigorou acabou por ser mais eleitoralista do que

cívica, sendo que o governo que organiza as eleições e perde é considerado de fraco, com sistemas eleitorais pouco transparentes e de confiança dúbia para os cidadãos e onde quem ganha fica com tudo e quem perde não tem nada.

Por isso, nesses países o processo das autarquias está retardado, como são os casos de Angola e Guiné-Bissau, e quando acontece, como é o caso de Moçambique, não só não gera justiça eleitoral, mas também os movimentos cívicos continuam arredados dos espaços de poder. Ou seja, a recriação da democracia nesses contextos só será viável com um processo simultâneo de progressos em termos de liberdades e melhorias ao nível da educação e da economia no sentido de uma maior autonomia e compromisso com a refundação de instituições nacionais sólidas, voltadas para o interesse público dos cidadãos a todos níveis.

Pergunta: A propósito de local e direitos das minorias, o Miguel costuma trabalhar com comunidades quilombolas do Nordeste do Brasil. Qual é a sua ideia com relação às lutas que essas comunidades estão levando a cabo em todo o país, inclusive com base nos ensinamentos de uma das figuras principais destas comunidades, Nego Bispo, falecido há pouco tempo?

Miguel de Barros: Brasil é uma sociedade desigual, com práticas de exclusão social da maioria da sua população e racismo estrutural contra os negros, indígenas, residentes em favelas e ainda discriminação de mulheres pobres de baixa renda e repressão dos direitos sexuais e reprodutivos. Essa população não é minoria, mas sim é o contingente que produz, que gera economia e que depois é colocado à margem da dignidade humana. Este processo foi cunhado por séculos de escravatura, de usurpação de terras, de exploração da mão-de-obra assente num sistema de acumulação primitiva sustentado por regimes militares corruptos e que projetaram a “branquidade” como modelo de primazia e ascensão social.

Em termos de capacidade de resiliência, inovação social e produção de modelos mais emancipados de gestão da convivência e da construção de uma agenda pública do bem-estar comum, na proteção dos saberes e patrimónios naturais e culturais, esses grupos sociais estão na vanguarda do que hoje o Brasil apresenta como potencial emancipador. Porém, não acredito que apenas uma mera integração dos movimentos sociais que conhecemos na atualidade aos velhos partidos políticos consubstanciará uma alteração do quadro global das políticas públicas, sem que isso corresponda ao mesmo nível de representatividade política e à fundação de um novo compromisso nacional na produção e distribuição de riqueza para todos.

A transição do poder entre a liderança do Lula/Dilma para o Bolsonaro demonstrou as fragilidades do sistema político, da economia brasileira e do alcance e durabilidade das políticas sociais, de um sistema gigante com pés de barro. Nesse sentido, a construção de uma ampla coligação com lideranças representativas de mulheres, negros, indígenas, e de movimentos sociais que lutam pelo direito à terra, ao teto, à alimentação e aos direitos sexuais será decisiva para a mudança da infraestrutura política do país, mas também para uma transformação rumo à justiça social necessária e cada vez mais urgente, sobretudo num contexto pós-Lula.

As referências cívicas e políticas como dos ministros Sílvio de Almeida, Marina Silva e Sônia Guajajara, as lideranças como de Livia Santana Vaz, Daniel Munduruku, Conceição Evaristo, Mário Theodoro, Hédio Silva Jr e a capacidade de mobilização dos deputados federais Guilherme Buolos e Célia Xakriabá serão cruciais para a refundação do sistema político brasileiro nos próximos anos. Com isso, a almejada transformação ganha corpo para abrir uma nova era de justiça no país e inspirar o mundo. Com isso, estaremos a honrar as causas pelas quais lutou o Nego Bispo até à sua passagem para a ancestralidade, a quem aproveito para prestar homenagem e agradecer por todos os ensinamentos que recebeu e partilhou connosco.

Pergunta: Uma última questão: hoje é cada vez mais importante a ligação entre movimentos sociais no Sul Global e entre eles e os movimentos do hemisfério norte. O caso do programa ProSavana de Moçambique demonstra isso. Qual é o seu entendimento com relação às articulações dos movimentos sociais a esse nível, e qual o seu relacionamento com partidos políticos e governos mais progressistas?

Miguel de Barros: Sim, é verdade, a mobilização para a defesa de modos de vida justos, dignos e saudáveis, capazes de proteger patrimônios coletivos universais articulados a vários níveis, do local, passando para o regional até ao nível internacional é extremamente importante. É algo que requer propriedade da ação pública, legitimidade na defesa de causas, capacidade de comunicação e conexão entre várias dinâmicas, organizações sociais e políticas.

É um processo que só ganha robustez de vinculação em termos de causas partilhadas, quando os protagonistas não são apenas porta-vozes, mas sim as próprias comunidades, que tenham capacidade de demonstração objetiva dos impactos locais desses supostos investimentos nefastos, mas que na aliança com movimentos similares no Norte Global possam beneficiar de uma intervenção engajada, para que juntos consigam numa primeira instância parar o mal, mas depois

responsabilizar e procurar compensações que permitem restaurar os ecossistemas e os modos de vida.

A experiência de Moçambique com a ProSavana foi importante para travar o negócio graças a essa mobilização internacional, fruto da aliança com atores locais, que influenciou a intervenção do estado. Mas infelizmente não conseguiu ir mais longe em todas as etapas posteriores. Mesmo assim é um bom resultado se compararmos com experiências como no Delta do Níger com a contaminação da água e cuja batalha judicial leva anos.

Contudo, podemos demonstrar um caso cujo resultado foi positivo, o caso de algodão BT (transgênico) com a multinacional americana Monsanto em Burkina Faso. Aqui, os agricultores com apoio de movimentos sociais locais e globais conseguiram, depois de anos, não só influenciar o fim do projeto que representava a ocupação de 70 por cento das superfícies cultivadas no país, mas ainda conseguiram mover um processo judicial internacional, que foi ganho. Deste modo, foi acordado o direito a uma indenização em quase 50 mil milhões de dólares para a restauração do ecossistema e das economias dos mais de três milhões e meio de agricultores familiares.

Esta experiência de Burkina Faso, foi algo inspiradora para nós na Guiné-Bissau, já que demonstrou como podemos articular ao nível da nossa comunidade regional e também fazer pontes com organizações do Norte Global que são nossas aliadas, do espaço europeu (Portugal, Espanha, França, Bélgica) ao continente americano, Canadá por exemplo, onde destaco a ONG Inter Pares. Pois estas lutas requerem conhecimento de partilha de ferramentas, mas também de produção de conhecimentos e canais de difusão sob a iniciativa e liderança dos protagonistas.

A minha atuação tem sido também nesse quadro, integrando processos coletivos com raízes comunitárias, quer de defesa de direitos, como na promoção de modelos de governança e emancipação socioambiental, sociopolítica e sociocultural. É uma questão que está acima da capacidade e agenda partidária, é sobretudo uma concepção da democracia participativa. Por isso, nunca senti necessidade de ter um vínculo ou militância partidário, preferindo contribuir no campo dos movimentos sociais aqui na Guiné-Bissau, no Brasil ou na África ocidental e central para a afirmação da cidadania plena, para a transformação da consciência cívica e melhoria das políticas públicas.

Muitas das vezes isso implica disponibilizar as nossas capacidades e competências em termos de assistência aos governos progressistas e organizações regionais como a CEDEAO, CPLP para vincar essas construções, quer em termos de planos e estratégias, quer para produzir quadros legais de maior robustez. Um dos exemplos práticos foi a minha participação na produção de

políticas associadas ao direito humano à alimentação saudável, na elaboração da estratégia da segurança alimentar e nutricional da CPLP e na estratégia “fome zero” na Guiné-Bissau.